

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

06 JAN 2011

Protocolo 211/JJ

Processo 210/JJ



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Proj. Lei nº 940/JJ

Recebido, Autue-se e
inclua em pauta.

76 JAN 2011

1º Secretário

MENSAGEM Nº 015 , DE 5 DE JANEIRO DE 2011.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei que "Altera dispositivos da Lei nº 1473, de 13 de maio de 2005".

Nobres Parlamentares, as alterações propostas tem a finalidade precípua de incentivar e proteger as empresas efetivamente estabelecidas no Estado de Rondônia que cumpram os requisitos normativos exigíveis à garantia de geração de emprego e renda à população rondoniense, bem como a de melhor regular o crédito presumido nas operações de saída interestadual de mercadoria importada.

Não se pode olvidar que tais alterações buscam otimizar e elevar as receitas tributárias, com o escopo de atender as demandas de investimentos para o fomento da economia regional, e o conseqüente atingimento do progresso do Estado e a busca do bem comum.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI DE 5 DE JANEIRO DE 2011.

Altera dispositivos da Lei nº 1473, de 13 de maio de 2005.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Os artigos 1º e 2º, da Lei nº 1473, de 13 de maio de 2005, que “Concede Crédito Presumido nas Operações de saída interestadual de mercadoria importada do exterior”, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica concedido ao contribuinte do ICMS enquadrado no artigo 2º um crédito presumido de até 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do imposto devido pela saída interestadual de mercadoria importada do exterior, que efetivamente esteja estabelecida no Estado de Rondônia e cumpra os requisitos exigíveis para a geração de emprego e renda à população.

Art. 2º. A fruição do benefício de que trata esta Lei condiciona-se ao cumprimento das exigências indicadas no artigo 3º, e dos requisitos contidos nos atos normativos expedidos pelo Poder Executivo, e a que o contribuinte:”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.